

TRUMP, A RETRAÇÃO NORTE-AMERICANA

Por que declinam as potências? Uma causa clássica é a extensão exagerada de seu poderio, que eventualmente conduz à exaustão de seus recursos econômicos. É a história da Espanha, depois de seu auge, nos séculos XVI e XVII, que cedeu a primazia à Holanda e à Inglaterra. Num cenário diverso, aconteceu com a União Soviética, na etapa derradeira da Guerra Fria. Nos casos da Grã-Bretanha e da França, o declínio decorreu da ascensão de potências concorrentes, como a Alemanha e os Estados Unidos.

Contudo, sob Donald Trump, esboça-se uma terceira causa: a abdicação voluntária de poder. Trump não esconde sua aversão à ordem mundial construída pelos próprios Estados Unidos no pós-guerra e durante a Guerra Fria. Hipnotizada pelo lema nacionalista de “*America First*”, a Casa Branca volta as costas para o mundo.

As implicações disso abrangem uma deterioração das relações transatlânticas, entre Estados Unidos e Europa, e a abertura de vácuos geopolíticos, especialmente no Oriente Médio, que vão sendo ocupados por Rússia e China ou por potências regionais. O cenário resultante é um mundo mais imprevisível e perigoso.

© Joyce N. Boghosian/Casa Branca, Washington, D.C.



Em discurso ao Congresso dos Estados Unidos, em janeiro, o presidente Donald Trump reafirma a retórica isolacionista e ultranacionalista que marcou sua campanha eleitoral, em 2016

Veja as matérias às págs. 6 a 9

e mais...

■ **Editorial** – A frágil democracia turca sucumbe sob os golpes de Recep Erdogan, um presidente que almeja ser sultão.

Pág. 3

■ **Diário de Viagem** – Ouro Preto é o centro das atenções, mas o barroco e o rococó brasileiros estão mais preservados nas cidades coloniais de sua periferia: Tiradentes, Congonhas e São João del-Rei.

Pág. 4

■ No fim da Grande Guerra, há 100 anos, desabou o Império Turco-Otomano. A Turquia moderna, sua sucessora, envolve-se hoje, diretamente, no cenário da guerra síria. Para combater os curdos, entra em rota de choque com os Estados Unidos e a Otan.

Págs. 10 e 11

1968 O ANO QUE ABALOU O MUNDO



HISTÓRIA
& CULTURA

© Arquivo/Estado Conteúdo

23º CONCURSO NACIONAL DE REDAÇÃO DE *MUNDO* E *H&C* – 2018

Escreva e se inscreva!!!

1. História e objetivo do concurso

O Concurso de Redação nasceu, em 1996, com o objetivo de estimular o hábito de ler, escrever, estudar e refletir. O desenvolvimento contínuo e prazeroso dessas habilidades é de suma importância, no mundo contemporâneo, para o processo de formação de cidadãos críticos e bem informados, capazes de se expressar de modo claro, criativo e inteligente. Mas, para que o concurso tenha êxito, é essencial a colaboração dos professores, especialmente os da área de Comunicação e Expressão.

2. Tema da redação

A história mundial está repleta de momentos em que as tradições culturais, religiosas, sociais, científicas e políticas entraram em choque com tendências inovadoras, produzindo exacerbação das posições, atitudes intolerantes e radicalizações, com as consequentes perseguições e punições dos considerados heréticos e transgressores. Basta lembrarmos a história da Sagrada Inquisição, hoje criticada pela própria Igreja Católica como fonte de excessos. Até o balé foi alvo de grandes polêmicas: em 1913, Paris foi escandalizada pela apresentação da “Sagração da Primavera”, do russo Igor Stravinsky, que contava a história de um ritual tribal que consistia no sacrifício de uma jovem virgem, como oferenda ao deus da primavera.

São famosas as controvérsias provocadas pela introdução da arte moderna no Brasil, em particular os ataques do escritor Monteiro Lobato à artista plástica Tarsila do Amaral, sintetizados pelo artigo “Paranoia ou mistificação” (*O Estado de S. Paulo*, 20 de dezembro de 1917), antecipando o impacto que teria a Semana de 1922. Décadas mais tarde, no final dos anos 1960, seria a vez da contracultura, em particular do movimento tropicalista, desafiar os cânones estabelecidos e a censura da ditadura militar.

No Brasil contemporâneo, vivemos uma nova fase de polêmicas e tensões na esfera da cultura e dos valores, como ilustram dois exemplos destacados em seguida. Considerando tudo o que você leu, viu e ouviu, e considerando o impacto que esse “clima” cultural exerce sobre instituições tradicionais como família e escola, escreva um texto que reflita a sua própria opinião sobre as situações listadas abaixo. Se necessário, peça a orientação de professores. Atenção: para efeito do concurso, não será avaliado o mérito da opinião, mas sim a capacidade crítica, analítica e expositiva do autor do texto.

SITUAÇÃO I – *QUEERMUSEU*, PORTO ALEGRE

Contexto (setembro de 2017): Proposta pelos organizadores como “exibição de uma ‘cartografia da diferença’ na arte brasileira”. Exibia quadros e ilustrações provocadoras, sugerindo relações homossexuais, algumas com a aparente participação de crianças, e intervenções irreverentes sobre ícones religiosos. A exposição, inicialmente apresentada no Santander Cultural, foi fechada pelo próprio banco, sob pressão de uma intensa campanha promovida nas redes sociais, por setores da Igreja Católica, movimentos evangélicos e, em particular, pelo reitor da Universidade Mackenzie de São Paulo.

Perspectiva dos apoiadores: Uma iniciativa importante e democrática, por dar visibilidade a práticas que desafiam a perspectiva de uma sociedade predominantemente machista e patriarcal, que valoriza a heterossexualidade, o patriarcalismo e a moral judaico-cristã.

Perspectiva dos críticos: A exposição fazia apologia à pedofilia, à zoofilia e ao vilipêndio religioso, além de ser aberta à participação de menores.

SITUAÇÃO II – PERFORMANCE “*LA BÊTE*”, MUSEU DE ARTE MODERNA DE SÃO PAULO

Contexto (outubro de 2017): Exibição do corpo nu humano como uma obra de arte viva, ultrapassando o conceito de arte como objeto inanimado em exposição estática. A *performance*, realizada pelo artista e coreógrafo Wagner Schwartz, foi alvo de críticas intensas nas redes sociais.

Perspectiva dos apoiadores: A nudez humana sempre foi tema da arte, ao longo da história. No caso específico, o artista se baseou em conceitos estéticos explorados por uma consagrada artista plástica brasileira, Lygia Clark. Além disso, havia um aviso à porta da sala do MAM sobre a existência de uma *performance* que apresentava um homem nu.

Perspectiva dos críticos: Apologia à pedofilia e à promiscuidade. Não houve nenhuma apresentação de obra de arte, mas simplesmente exposição de um corpo nu aos olhares de todos, inclusive de crianças, cujo acesso ao local foi permitido pelos organizadores da mostra.



EXPEDIENTE

PANGEA – Edição e Comercialização de Material Didático LTDA.

Redação: Demétrio Magnoli, José Arbex Jr., Nelson Bacic Olic (Cartografia)

Jornalista responsável: José Arbex Jr. (MTb 14.779)

Revisão: Jaqueline Ogliari

Pesquisa iconográfica: Thaisi Lima

Projeto e editoração eletrônica: Wladimir Senise

Endereço: Rua General Brasilio Taborda, 218, São Paulo – SP. CEP 05591-100. Tel/fax: (011) 3726.4069 / 2506.4332

E-mail: pangea@uol.com.br – www.facebook.com/JornalMundo

Assinaturas: Por razões técnicas, não oferecemos assinaturas individuais. Exemplares avulsos podem ser obtidos no seguinte endereço, em São Paulo:

• Banca de jornais Paulista 900, à Av. Paulista, 900, São Paulo
Fone: (011) 3283.0340

www.clubemundo.com.br

Infelizmente não foi possível localizar os autores de todas as imagens utilizadas nesta edição. Teremos prazer em creditar os fotógrafos, caso se manifestem.

ATENÇÃO!

Em nossa próxima edição, publicaremos as normas do concurso.

© Santander Cultural/Divulgação



© Divulgação



© Santander Cultural/Divulgação



© Divulgação

“SULTÃO” ERDOGAN ACIRRA AS TENSÕES NO ORIENTE MÉDIO

“UM PAÍS QUE CHAMAMOS DE ALIADO INSISTE EM FORMAR UM EXÉRCITO TERRORISTA NAS NOSSAS FRONTEIRAS. QUE OUTRO ALVO PODE TER ESSE EXÉRCITO TERRORISTA ALÉM DA TURQUIA?” O AUTOR DA PERGUNTA RETÓRICA, FORMULADA EM 16 DE JANEIRO, É NINGUÉM MENOS QUE O PRESIDENTE TURCO RECEP ERDOGAN. O “PAÍS ALIADO” SÃO OS ESTADOS UNIDOS E O “EXÉRCITO TERRORISTA” REFERE-SE A UMA FORÇA CURDA E ÁRABE CONSTITUÍDA PARA DEFENDER O TERRITÓRIO OCUPADO POR COMBATENTES CURDOS NO NORTE DA SÍRIA. “NOSSA MISSÃO”, CONTINUOU ERDOGAN, “É ESTRANGULÁ-LO ANTES MESMO DE NASCER”.

OS CURDOS FORMAM UMA ETNIA ESPALHADA PELO ORIENTE MÉDIO, METADE DOS QUAIS VIVE NA TURQUIA, OS DEMAIS NO IRÃ, SÍRIA, IRAQUE, ARMÊNIA E LÍBANO. ELES REIVINDICAM A CRIAÇÃO DO CURDISTÃO, UM ESTADO SOBERANO, E SAEM FORTALECIDOS GRAÇAS

AO PAPEL QUE DESEMPENHARAM NA COALIZÃO FORMADA PARA DERROTAR O ESTADO ISLÂMICO. MAS ENFRENTAM A OPOSIÇÃO DE TODOS OS GOVERNOS DA REGIÃO, PRINCIPALMENTE DA TURQUIA. ESGRIMINDO UM DISCURSO ULTRANACIONALISTA, EM DEFESA DA INTEGRIDADE TERRITORIAL DA TURQUIA, ERDOGAN DISPÕE-SE A BATER DE FRENTE ATÉ COM OS ESTADOS UNIDOS PARA IMPEDIR A ESTABILIZAÇÃO DE UMA FORÇA MILITAR QUE, DE SEU PONTO DE VISTA, SIGNIFICARIA UM PASSO GIGANTESCO NA FORMAÇÃO DO CURDISTÃO [VEJA A MATÉRIA À PÁG. 10].

ELEITO À PRESIDÊNCIA DA TURQUIA EM AGOSTO DE 2014, NO BOJO DE UM PROCESSO EM QUE ACUMULA IMENSOS PODERES EM SUAS MÃOS, ERDOGAN EXERCE O PODER DE FORMA EXTREMAMENTE AUTORITÁRIA. DESDE JULHO DE 2016, QUANDO DECRETOU “ESTADO DE EMERGÊNCIA” PARA DEBELAR UM GOLPE DE ESTADO NO PAÍS, 55 MIL PESSOAS FORAM PRESAS, INCLUINDO LÍDERES DE PARTIDOS DA OPOSIÇÃO,

140 MIL FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS FORAM EXONERADOS, ENTRE OS QUAIS 10 MIL MILITARES, 8,5 MIL PROFESSORES E 4,4 MIL JUÍZES E PROMOTORES. ERDOGAN TAMBÉM ORDENOU O FECHAMENTO DE 149 VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO E A PRISÃO DE 269 JORNALISTAS. E AMPLIOU O SEU CONTROLE NO PAÍS, MEDIANTE A REALIZAÇÃO DE UM PLEBISCITO, EM ABRIL DE 2017, QUE LHE ASSEGUROU PODERES DE UM QUASE SULTÃO.

A RETÓRICA PATRIOTEIRA CONTRA OS CURDOS ESTÁ INSERIDA NUMA LÓGICA DE CONCENTRAÇÃO DE PODERES. GRANDE PARTE DA RESPONSABILIDADE PELA ATUAL CRISE DEVE SER IMPUTADA AOS ANTIGOS ALIADOS DE ERDOGAN, PARTICULARMENTE OS ESTADOS UNIDOS E OS PAÍSES DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN) – QUE, EM NOME DA CONVENIÊNCIA, FECHARAM OS OLHOS PARA OS CRESCENTES ABUSOS PRATICADOS PELO NOVO SULTÃO.

REGIME DE MADURO DEPENDE DOS MILITARES

Newton Carlos

Da Equipe de Colaboradores

Sem condições de tirar do poder So presidente Nicolás Maduro, da Venezuela, por meios legais, a oposição passou a falar de um golpe que beneficiasse tanto a ela quanto aos militares. A informação é do *The Guardian*, de Londres, e não houve contestação. Benefícios mútuos poderiam juntar militares a políticos venezuelanos. Com protestos antigoverno de manifestantes massacrados nas ruas, líderes internacionais também tratam da possibilidade de um golpe contra Maduro. É o caso do presidente da Colômbia, cuja fronteira com a Venezuela é ultrapassada em desordem por venezuelanos em busca de condições de sobrevivência.

Maduro convocou eleições presidenciais para 22 de abril. Representantes do governo e da oposição negociaram, sem sucesso, na República Dominicana, com vistas a garantir que as eleições sejam livres e limpas. Julio Borges, líder de uma oposição que controla a Assembleia Nacional com poderes anulados por Maduro já havia pedido aos militares que “terminem com seu silêncio” sobre o caráter das eleições, argumentando que “a imensa maioria de oficiais militares é contra o caos em que se afunda a Venezuela”.

Artigo no *The Washington Post* diz que “os militares venezuelanos estão num nível capaz de sustentar um movimento democrático”. O governo do “socialismo bolivariano” foi organizado à volta de Hugo Chávez, morto em 2013. Sob Maduro, ficou desprovido de liderança popular e afundou num colapso econômico previsível desde os



Imensas manifestações de rua, pró e contra o governo, tornaram-se parte do cotidiano de um país à beira do caos

tempos de Chávez. Depois de perder, por larga margem, as eleições parlamentares de dezembro de 2015, o governo aceitou sua natureza autoritária. A prisão e inabilitação política de líderes opositores e a criação de uma Constituinte exclusivamente chavista foram o caminho escolhido para perpetuar o regime chavista.

Mas o caos econômico ameaça derrubar o sucessor de Chávez. Maduro criou uma estrutura militar que supõe capaz de sustentá-lo em palácio. O general Vladimir Padrino López, ministro da Defesa, logo lhe deu “apoio militar”. Na prática, diz a agência *Latin News*, López passou a ter mais poderes do que o presidente, e até agora – em meio a mortes nas ruas e ondas de refugiados nas fronteiras da Colômbia e do Brasil – nada disse a respeito das negociações sobre as eleições.

A oposição denuncia a montagem de um grau “improcedente” de militarização do país, o que levou López a negá-lo diante de câmeras de TV. “Mas se trata, de fato, de completa militarização do governo”, insistiu Luis Manuel Esculpi, antigo chefe da comissão das forças armadas da Assembleia Nacional. “O exército tornou-se a única fonte de autoridade do presidente Maduro”, garante ele.

Julio Borges, da Mesa de Unidade Democrática (MUD), coalizão de grupos de oposição, diz que Maduro entregou as chaves do palácio presidencial de Miraflores a um chefe militar incapaz de lidar com a crise econômica, o que significaria “mais corrupção e menos produção”. Formou-se, acrescenta Borges, um quadro notável: “Generais do exército a cargo de empresas de importação de alimentos.”

Críticos da militarização sustentam que oficiais envolvidos e seu parceiros chavistas já acumularam, ao longo dos anos, imensos ganhos especulativos no negócio de importação de alimentos, jogando com preços fixos e taxas de câmbio. Outros sugerem que Maduro iria colocar os oficiais militares a par do que “se passa de fato”, talvez com agenda de uma renúncia negociada. Analistas sustentam que a militarização tem um risco para Maduro: os quartéis podem se fortalecer popularmente, até que os militares acabem decidindo derrubar, em benefício próprio, as portas do palácio.

Num grau logo abaixo do general López, outro general, Efraín Velasco, assumiu o comando da autoridade portuária desafiando sentenças de tribunais dos Estados Unidos, envolvendo militares venezuelanos. O general Néstor Reverol foi nomeado ministro do Interior um dia depois de indiciado em tribunais americanos sob acusações envolvendo tráfico de drogas. Reverol foi removido do comando da Guarda Nacional Bolivariana (polícia militar) sem qualquer explicação, além de ter sido saudado por Maduro por honestidade e trabalho árduo. Um sócio de Reverol seria o adido militar na Alemanha, ficando a salvo. Ambos são acusados nos Estados Unidos de usarem seus postos de poder em favor do narcotráfico.

Multiplicam-se os desafios a Maduro. No plano externo, o Grupo de Lima, formado por 13 nações latino-americanas mais o Canadá, garante que não reconhecerá o resultado das eleições antidemocráticas de abril. No plano interno, especula-se sobre até onde vai o apoio da cúpula militar ao regime chavista.

Como deveriam soar os instrumentos musicais no passado? Teriam a mesma sonoridade que os atuais? Que impacto teria, por exemplo, uma música sacra tocada por um órgão durante uma missa, no século XVIII, quando não existiam meios de reprodução audiovisuais (rádio, televisão, gravadores etc.), e o som se integrava ao mundo visual configurado pelas imagens, vitrais e ícones que formavam o ambiente de uma catedral? Você pode fazer essa experiência, sem sair do Brasil, com uma visita à igreja matriz de Santo Antônio, o mais antigo e principal templo católico de Tiradentes (MG). O templo é muito bem preservado: junto com a matriz Nossa Senhora da Conceição de Ouro Preto, oferece uma excelente oportunidade de imersão no mundo barroco e rococó brasileiro.

Na igreja matriz encontra-se um órgão de tubos construído em Portugal, encomendado em 1785 ao organeiro português Simão Fernandes Coutinho, da cidade do Porto. Recém-restaurado e ainda mantendo cerca de 98% de suas peças originais em funcionamento, o órgão emite hoje o mesmo som dos 680 tubos que se ouvia no século XVIII. Os responsáveis pela preservação da igreja organizam concertos semanais, oferecendo uma oportunidade única, dificilmente encontrável mesmo na Europa.

Perto de Tiradentes, São João del-Rei é uma das maiores cidades setecentistas mineiras. Seu centro histórico integra igrejas e edifícios típicos do barroco e rococó, incluindo a matriz de Nossa Senhora do Pilar, uma das mais belas e preservadas representantes da arte colonial brasileira.



Os 12 profetas do Aleijadinho, erguidos à entrada da basílica de Congonhas (MG), constituem o ponto alto da arte barroca no Brasil

Ao visitar os centros históricos de Tiradentes e São João del-Rei, o turista tem a impressão de viajar no tempo, para ser transportado a um Brasil sobre o qual temos uma vaga ideia, por meio de livros e filmes históricos e que, de alguma forma, ainda sobrevive, sobretudo na prática das missas e rituais religiosos. A impressão é ainda mais forte em Tiradentes, bem mais preservada, do ponto de vista arquitetônico, do que a cidade vizinha. As ruas do centro oferecem uma vasta gama de cafés e restaurantes muito agradáveis.

São João del-Rei é a cidade natal de vários brasileiros ilustres, como Tancredo Neves, o primeiro presidente eleito após o período militar (1964-85), o escritor e jornalista Otto Lara Resende e outros. Mas, em ambas as cidades, o que se “respira” mesmo é a história da Inconfidência, presente de forma direta ou indireta em monumentos, museus e referências aos seus organizadores,

Ali se encontra uma boa parte, provavelmente a mais expressiva, da obra do maior artista barroco do Brasil, Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (1738-1814). No adro do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos (construído entre 1757 e 1778), igreja situada no centro da atual cidade, Aleijadinho esculpiu em pedra-sabão as famosas imagens de 12 profetas em tamanho real, que são visitadas anualmente por milhares de turistas do Brasil e de todo o mundo.

É uma imagem fantástica, impossível de ser descrita. Vistos à distância, os 12 profetas parecem ensaiar uma espécie de balé sincronizado em que cada um deles ocupa o seu espaço e está perfeitamente ciente do movimento a ser executado. Para dar a impressão de movimento à distância, Aleijadinho “deformou” as proporções dos corpos de alguns dos profetas. Como resultado, o conjunto se apresenta como se fosse um grupo organizado, com o objetivo de atingir determinado fim. Do ponto de vista da Igreja, o objetivo era convidar os fiéis a ingressar no templo e ouvir as palavras de

Essa interpretação, que não tem consenso entre historiadores, é defendida pela artista plástica e pesquisadora Isolde Venturelli. Nasceu quando ela observou que a cabeça do profeta Jonas está pendida em relação ao corpo, como a indicar um sacrifício, evocando o enforcamento de Tiradentes. Ela notou também que os olhos de Jonas são os únicos, no conjunto de profetas, que não apresentam íris – como se estivessem sem vida – e a boca pende num

Seu estudo, que inclui episódios importante da vida de Aleijadinho – de rebeldia contra a monarquia e de defesa de um ideal republicano –, reúne uma quantidade impressionante de “coincidências” cercado cada detalhe das 12 esculturas. Para ela, Aleijadinho e o próprio povo estariam imortalizados no profeta Amós, que exibe traços negroides e um barrete frígio, como o dos revolucionários franceses de 1789. Outros historiadores notaram que as iniciais dos nomes dos 12 profetas escolhidos pelo escultor, colocadas na ordem correta, formam a palavra “aleijadinho”, e é assim que ele “assina” a sua obra (para a operação dar certo, o nome do profeta Baruque deve ser traduzido como Louvado, do hebreu para o português).

Interpretações à parte, as três cidades, em seu conjunto, merecem ser visitadas por sua arquitetura, sua história fascinante e pela importância que tiveram para a formação do Brasil. E também, claro, por sua culinária e seus queijos, já que ninguém é de ferro, uai.

Criou-se, no imaginário de grande parte dos brasileiros, ao longo do último meio século, uma visão que associa, diretamente, a expansão da agricultura à devastação de florestas e da vegetação natural. Tal associação tinha um fundo verdadeiro já que, historicamente, o fenômeno vinha se verificando desde a época da colonização. Mas há mudanças no ar. Dados recentes, obtidos pelo emprego de novas tecnologias, especialmente as que fazem uso de satélites, revelam que a modernização agrícola pode caminhar lado a lado com a preservação ambiental.

Nas últimas duas décadas, pesquisadores do Global Food Security Analysis fizeram um levantamento sobre a ocupação de terras pela agricultura no mundo. Globalmente, 1,87 bilhão de hectares estão dedicados às lavouras. As maiores extensões encontram-se na Índia, nos Estados Unidos, na China e na Rússia **[veja o Gráfico 1]**. Em 2016, a Embrapa Territorial calculou a área cultivada no Brasil em 65,9 milhões de hectares, cerca de 7,8% das áreas cultivadas no globo (segundo a Nasa, essa parcela seria de 7,6%).

Já no Brasil, os cultivos ocupam fatia inferior a 8% do território. Mesmo assim, segundo cálculos de especialistas, o

agronegócio brasileiro alimenta com seu leque variado de produtos cerca de 1,5 bilhão de pessoas diariamente. Embora as lavouras ocupem uma pequena parcela do território, o país é uma potência agrícola e um dos líderes no comércio global de vários produtos. A explicação para o desempenho brasileiro está nos ganhos de produtividade, impulsionados pela preservação da fertilidade do solo, por técnicas corretas de manejo da terra e também por avanços na seleção das plantas. Graças ao incremento da produtividade, foi possível aumentar a produção de vários grupos de lavouras sem um crescimento similar da superfície cultivada.

Sob a responsabilidade do Incra, há aproximadamente 9,1 mil assentamentos de reforma agrária. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), juntamente com o Incra, informa que existiam cerca de 270 áreas quilombolas. No total, portanto, o governo federal administra espaços rurais que representam mais de um terço do território nacional. Tais números indicam a extensão e complexidade do desafio de governança territorial e fundiária. Cada uma dessas unidades pede um tipo de gestão, avaliação e monitoramento específicos.

Os dados da Nasa e da Embrapa possibilitam uma discussão mais informada sobre os impactos da agricultura sobre a preservação ambiental no país. Não devem servir, porém, como pretextos de ocasião para perdoar devastadores da Amazônia, do Cerrado ou de qualquer outro bioma.

Áreas dedicadas à lavoura (principais países, em milhões de hectares)

País	Área (milhões de hectares)
Índia	180,0
Estados Unidos	168,0
China	165,0
Rússia	156,0
Brasil	65,9

Fonte: Global Food Security Analysis

**Porcentagem do território utilizado pela agricultura
(exemplo de países)**

País	Porcentagem (%)
Dinamarca	76,8
Holanda	66,2
Reino Unido	63,9
Alemanha	56,9
Estados Unidos	18,3
China	17,7
Índia	60,5
Brasil	7,6

Fonte: Nasa

**Porcentagem de áreas terrestres protegidas
(em países com mais de 2,5 milhões de km²)**

País	Porcentagem (%)
Brasil	29,8
Austrália	17,5
China	14,3
Argentina	12,3
Estados Unidos	11,8
Rússia	9,9
Canadá	8,7
Índia	5,3
Cazaquistão	2,8

Fonte: Nasa

ALGUMAS POTÊNCIAS SE EXAUREM DEVIDO A INTERVENÇÕES EXCESSIVAS, CARÊNCIA DE INVESTIMENTOS DOMÉSTICOS OU UMA MISTURA DE AMBOS. FOI ESSE O CASO DA UNIÃO SOVIÉTICA. OUTRAS POTÊNCIAS PERDEM SUAS POSIÇÕES PRIVILEGIADAS DEVIDO À EMERGÊNCIA DE NOVAS, MAIS FORTES POTÊNCIAS. ISSO DESCREVE O QUE ACONTECEU COM A FRANÇA E A GRÃ-BRETANHA DURANTE A ASCENSÃO DA ALEMANHA, APÓS A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL [...]. ATÉ CERTO PONTO, OS ESTADOS UNIDOS ENFRENTAM UMA VERSÃO DESSA HISTÓRIA [...]. MAS OS ESTADOS UNIDOS INTRODUZIRAM AGORA UM TERCEIRO CAMINHO PELO QUAL UMA POTÊNCIA DOMINANTE PERDE SUA VANTAGEM INTERNACIONAL. É POR ABDICAÇÃO: RENÚNCIA VOLUNTÁRIA AO PODER E ÀS RESPONSABILIDADES.

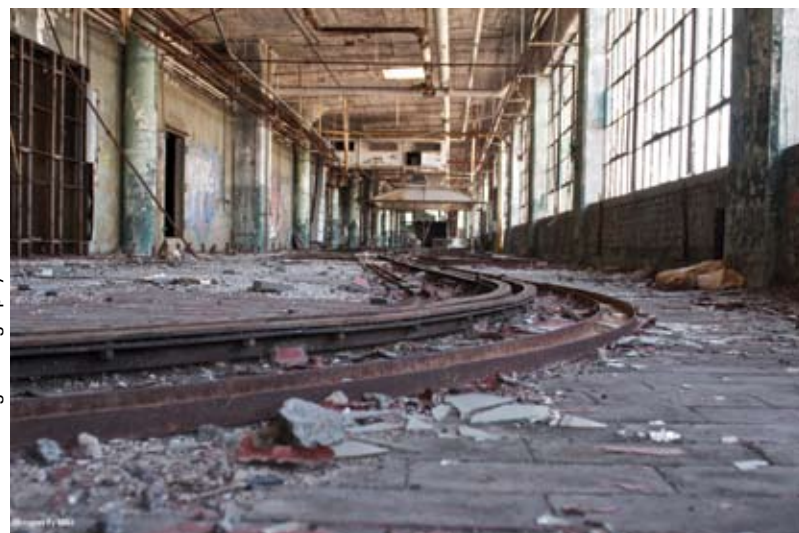
[RICHARD HAASS, “AMERICA AND THE GREAT ABDICATION”, *THE ATLANTIC*, 28 DE DEZEMBRO DE 2017]

“*America First*” (os Estados Unidos em primeiro lugar) não significa “*America Alone*” (os Estados Unidos sozinhos), disse Donald Trump no Fórum de Davos, em janeiro. De fato, o isolacionismo não implica a solidão e, nem mesmo, a ausência de intervenção nos assuntos internacionais. O programa de Trump sustenta-se sobre a ideia de que a ordem global construída pelos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial não serve aos interesses nacionais norte-americanos – e que, portanto, não vale a pena sustentá-la.

A ONU, criada em 1945 na Conferência de São Francisco, por iniciativa de Franklin D. Roosevelt, e sediada em Nova York, é um pilar dessa ordem. Nela, mais especificamente no Conselho de Segurança, as grandes potências encontram um pátio de diálogo – o que, por si só, reduz os riscos de guerra geral. Há muito, no Partido Republicano, destacou-se uma ala que não esconde sua aversão ao sistema das Nações Unidas. Mas nada chega aos pés do desprezo que lhe devota Trump. A decisão de abandonar a Unesco foi um gesto simbólico. O violento gesto prático veio com a decisão de reconhecer Jerusalém como capital de Israel e anunciar a mudança da embaixada norte-americana para a cidade santa.

No caso de Jerusalém, Trump cumpriu uma promessa de campanha, atendendo a um dos núcleos duros de seu eleitorado: os cristãos evangélicos, maior grupo de fé dos Estados Unidos. Grande parte dos evangélicos acredita que a criação do moderno Estado de Israel foi prognosticada pela Bíblia – e, por isso, a política externa norte-americana deve oferecer apoio incondicional aos líderes israelenses. No episódio, o presidente traduziu o interesse norte-americano como equivalente ao desejo de um grupo numeroso, mas singular, de seus eleitores. Assim, uma iniciativa crucial de política externa derivou, exclusivamente, de motivações eleitorais domésticas.

“*America First*” significa, de fato, “*Trump First*”. A decisão trumpiana desafiou os conselhos de sua equipe de Segurança Nacional. Sem sucesso, os assessores alertaram para as consequências do gesto: a erosão da credibilidade internacional dos Estados Unidos, a perda da condição de Washington de mediador principal entre Israel e os palestinos, a redução da influ-



Instalações abandonadas em Milwaukee Junction, Detroit (Michigan) – uma área que já foi símbolo da pujança da indústria automobilística dos Estados Unidos –, refletem os desafios de uma nova era, que Donald Trump propõe enfrentar com um discurso perigosamente nacionalista

ência norte-americana no Oriente Médio. “*America First*” ou “*America Last*”?

A indisfarçável simpatia de Trump por Vladimir Putin decorre de sua admiração por um líder que não sofre os constrangimentos típicos da democracia: o norte-americano inveja o poder autoritário do russo. Mas não é só isso. A Rússia se comporta como uma potência insatisfeita com uma ordem internacional que não construiu. Paradoxalmente, Trump enxerga no estilo de política externa russa um modelo para os Estados Unidos. Na curiosa visão isolacionista trumpiana, os aliados tiram proveito dos Estados Unidos, explorando seu mercado consumidor e beneficiando-se da segurança providenciada pelo poderio militar norte-americano. Por que, então, os Estados Unidos não estariam melhor abandonando seus compromissos com os aliados?

A retração norte-americana na guerra síria começou com Barack Obama. Mas Trump conduziu-a até o limite, explodindo as pontes com a oposição síria e aceitando que a Rússia assuma o controle de um processo de pacificação destinado a restaurar a tirania de Bashar al-Assad. No Oriente Médio, os Estados Unidos converteram-se em força auxiliar das políticas nacionais de Israel e da Arábia Saudita, que formam um incongruente eixo contra o Irã [veja a matéria à pág. 8]. O que restou da influência norte-americana na Síria resume-se ao patrocínio militar das forças

curdas que combateram o Estado Islâmico e, hoje, enfrentam uma ofensiva turca. Sem objetivos nítidos ou estratégia coerente, os Estados Unidos experimentam a deterioração de suas relações com a Turquia, um valioso aliado na Otan [veja a matéria à pág. 10]. “*America Last*”.

O Atlântico Norte transformou-se num fosso de separação entre Estados Unidos e Europa. Trump apoiou o Brexit (a retirada britânica da União Europeia), fez campanha quase aberta pela candidata ultranacionalista francesa, Marine Le Pen, e criticou asperamente o acolhimento dos refugiados pela Alemanha, ecoando as acusações da ultradireita alemã ao governo de Angela Merkel. A antipatia trumpiana pelos líderes aliados europeus só é menor que sua simpatia por Putin. Um resultado visível disso foi a inaudita declaração de Merkel de que a Europa deve se preparar para assumir plena responsabilidade por sua própria segurança. Quase sete décadas depois da fundação da Otan, o arcabouço da aliança transatlântica vai sendo minado pelo isolacionismo norte-americano.

Trump não compareceu ao Fórum de Davos de 2017, um palco onde brilhou a figura do líder chinês Xi Jinping, que se exibiu como campeão da globalização. Trump compareceu ao Fórum de 2018, mas para contestar o conceito de livre-comércio e pregar o “comércio justo”, uma expressão clássica do protecionismo. Depois de aban-

donar as negociações da Parceria Transpacífica, os Estados Unidos ameaçam romper o Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta), fundamento das parcerias privilegiadas com o Canadá e o México [veja a matéria à pág. 9]. Os nacionalistas norte-americanos do cortejo de Trump abominam a ordem econômica aberta arquitetada no imediato pós-guerra.

“*America First*” não é uma invenção de Trump. O lema nasceu com o movimento contra o envolvimento norte-americano na Segunda Guerra Mundial, que abrangia correntes políticas diversas, inclusive simpatizantes do fascismo, comunistas pró-soviéticos e pacifistas genuínos. Um equívoco comum é imaginar que o isolacionismo trumpiano seja um antídoto contra o cruzadismo e o unilateralismo [veja a matéria à pág. 7].

A crise coreana ilustra esse equívoco. Diante do desafio nuclear norte-coreano, Trump renunciou desde o início à diplomacia multilateral. No lugar dela, apostou numa tática de pressão sobre a China baseada em ameaças recorrentes de ataque militar à Coreia do Norte. A tática fracassou, e o blefe trumpiano foi exposto ao mundo. Agora, o presidente encontra-se diante do dilema de recuar vergonhosamente e começar tudo de novo ou cumprir suas desvairadas ameaças, deflagrando um conflito armado de consequências imprevisíveis. “*America First*” é tudo, menos um programa de paz.

TRILHA O CAMINHO DO ISOLACIONISMO

“*AMERICA FIRST*”, UMA LONGA HISTÓRIA

Trump não inventou seu slogan. “*America first*” é um plágio direto do estandarte do Comitê *America First*, a organização isolacionista criada em 1940 para evitar a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Na época, o presidente Franklin D. Roosevelt engajava-se no aumento do orçamento militar norte-americano e preparava o programa *Lend-Lease*, de fornecimento de ajuda material e militar à Grã-Bretanha. As leis de neutralidade, aprovadas pelo Congresso entre 1935 e 1939, eram sólidos obstáculos que Roosevelt tentava contornar. O Comitê reuniu uma variada fauna política, congregando todos os que, por motivos ideológicos distintos, queriam manter os Estados Unidos fora da guerra. No fim, Roosevelt só dobrou a resistência isolacionista devido ao surpreendente ataque japonês a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941.

O aviador Charles Lindbergh, célebre por ter realizado a primeira travessia aérea solitária do Atlântico, em 1927, era a mais conhecida figura do Comitê. Numa entrevista de 1939, ele explicou que o interesse nacional norte-americano não seria servido por uma guerra contra a Alemanha nazista – mas que um eventual conflito militar entre a Alemanha e a União Soviética se ajustaria perfeitamente aos imperativos geopolíticos norte-americanos. No Comitê, sob o “*America First*”, juntaram-se nacionalistas conservadores, simpatizantes do fascismo, socialistas e antissemitas como o próprio Lindbergh.

O lema ressurgiu em 2000, empregado pelo candidato à Presidência Pat Buchanan, um ultradireitista que classificou a campanha contra o Eixo como uma “guerra desnecessária” e, como o Trump de hoje, atribuiu a “decadência norte-americana” ao “vício” do livre-comércio. (Ironicamente, à época, o magnata Trump crismou Buchanan como “adorador de Hitler”).

As datas não são casuais. Nos Estados Unidos, nenhuma corrente política relevante levantou a bandeira isolacionista entre Pearl Harbor e a campanha frustrada de Buchanan. No longo intervalo daquelas seis décadas, a superpotência definiu seus interesses nacionais em termos internacionalistas. Da Segunda Guerra Mundial, por iniciativa de Roosevelt, nasceram a arquitetura de segurança (ONU) e a política de economia aberta (FMI, Banco Mundial) do pós-guerra. Da Guerra Fria, surgiu a aliança transatlântica entre Estados Unidos e Europa Ocidental (Otan). A campanha de Buchanan evidenciou a rachadura inicial do consenso internacionalista norte-americano. Já a vitória de Trump marcou a sua implosão.

“*America First*” provoca surpresa hoje, mas era um lema bastante óbvio em 1940. Atrás dele erguiam-se as leis de neutralidade – e, atrás delas, uma tradição isolacionista com raízes fincadas no solo profundo da fundação dos Estados Unidos.

A nação norte-americana foi gestada pela rejeição à Europa. Os colonos pioneiros fugiam da perseguição religiosa na Inglaterra. Eles enxergavam-se como edificadores de uma “cidade brilhante no alto da colina” – isto é, uma fortaleza de liberdade religiosa, virtude moral e pureza política. A independência foi obtida numa guerra sangrenta das Treze Colônias contra as forças britânicas. “América” contra “Europa”: a república do Novo Mundo definiu-se, desde o início, como o oposto das monarquias do Velho Mundo.

Os “Pais Fundadores” dos Estados Unidos enxergavam a política europeia, com suas rivalidades entre impérios, como um pântano abominável: a cultura da “política da força”. Durante todo o século XIX, Washington pregou a cisão entre o Novo Mundo e o Velho, expressando-a pela fórmula “a América para os norte-americanos”. As intervenções diretas ou indiretas dos Estados Unidos nos países do “Hemisfério Norte-Americano” eram sempre justificadas como medidas preventivas contra a interferência das potências europeias na América Latina. Dessa experiência histórica surgiu um estilo de política externa que, baseado no isolacionismo, inclina-se episodicamente para o cruzadismo.

John Spanier ofereceu uma explicação conceitual precisa. “Um resultado deste desprezo norte-americano pela política da força foi que, historicamente, os Estados Unidos delinearam uma distinção radical entre a guerra e a paz no seu enfoque de política exterior. A paz foi caracterizada como um estado de harmonia entre as nações; a política da força, por outro lado, foi considerada anormal, e a guerra, um crime” (*La política exterior norteamericana a partir de la Segunda Guerra Mundial*, Grupo Editor Latinoamericano, 1991, p. 22).

Daí, não se deve concluir que os Estados Unidos escolheram a via do pacifismo. De fato, o isolacionismo podia se converter rapidamente em cruzadismo. Se as potências exteriores provocavam a nação norte-americana, ameaçando o estado ideal de paz, a resposta seria avassaladora: uma guerra amparada na superioridade moral para abolir definitivamente as guerras. Foi sob uma argumentação desse tipo que o presidente Woodrow Wilson conduziu a nação a entrar na Primeira Guerra Mundial, em 1917.

Wilson declarou guerra à Alemanha pois a segurança norte-americana estava em jogo. O espectro de uma Europa dominada pelos alemães, com a destruição do poderio marítimo britânico, colocava em risco a hegemonia dos Estados Unidos nas Américas e sua futura liberdade de navegação. Wilson oscilou do isolacionismo ao cruzadismo, anunciando uma guerra “para acabar com todas as guerras”. Em nome desse objetivo, patrocinou a criação da Liga das Nações. Logo depois, porém, o Senado decidiu que os Estados Unidos não participariam da Liga e a potência retirou-se, de volta, à concha do isolacionismo.

Sem o espectro da União Soviética, os Estados Unidos possivelmente teriam retrocedido, uma vez mais, ao isolacionismo tradicional. Na história norte-americana, o internacionalismo é um capítulo relativamente recente, produzido pela Guerra Fria. O triunfo do “*America First*”, com a Presidência de Trump, não seria viável antes do encerramento da Guerra Fria. Mas, como o passado ensina, isolacionismo tende a se combinar com cruzadismo. O que fará Trump diante dos desafios regionais postos pelo Irã e, sobretudo, pela nuclearizada Coreia do Norte?

A base eleitoral de Trump é formada, majoritariamente, por evangélicos fundamentalistas e trabalhadores brancos desempregados ou mal remunerados que acreditam no “excepcionalismo” norte-americano



© buttonmuseum.org



RETOMANDO O *BICK STICK*

Cláudio Camargo
Especial para *Mundo*

Política comercial de Donald Trump rompe com o discurso multilateralista, mas reforça a prática de guerra comercial de governos anteriores

Apenas dois presidentes americanos participaram do Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, o badalado evento que desde 1971 reúne, em janeiro, a elite econômica e política do planeta: Bill Clinton, em 2000, e Donald Trump, agora. Os dois mandatários não poderiam ser mais antípodas. Clinton foi o paladino da globalização e do multilateralismo comercial, enquanto Trump – que, como empresário, jamais foi convidado a participar do Fórum – veio a Davos defender sua política protecionista de *America First* (Os Estados Unidos em primeiro lugar).

Fiel ao seu estilo histriônico, Trump trouxe até fanfarra. Pouco aplaudido, ele disse que o momento é mais favorável do que nunca para produzir, criar, contratar e investir – nos Estados Unidos, claro! afirmou que “*America First*” não quer dizer “*America Alone*” (os Estados Unidos sozinhos) e defendeu a busca de acordos bilaterais de comércio. Reiterou que não é contra o livre-comércio, desde que este se dê de forma “justa” – referência indireta à China, acusada de distorcer o mercado com subsídios a empresas. Terminou garantindo que o triunfo dos Estados Unidos seria também o triunfo global – uma forma de dizer que o que é bom para os Estados Unidos é bom para o mundo.

Os crônicos déficits comerciais americanos não se reduziram no primeiro ano de Trump. No caso da China, até aumentaram, seguindo uma tendência associada à aceleração do crescimento do PIB dos Estados Unidos. Pouco antes de aterrissar em Davos, Trump impôs tarifas comerciais contra painéis solares e máquinas de lavar importados da China e da Coreia do Sul. Válidas por um período de até quatro anos, as alíquotas variam entre 15 e 50%. Para a maioria dos analistas, isso confirma a tendência protecionista da administração Trump e sua intenção de colocar freios no comércio multilateral global – o que teria ficado claro neste primeiro ano de mandato quando ele retirou os Estados Unidos da Parceria Transpacífica (TPP), ameaçou sair do Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta) e trocou farpas com a Organização Mundial de Comércio (OMC).

“A postura de Trump é paradoxal: ao mesmo tempo que representa uma ruptura em relação a um pilar da ordem liberal erigida pelos Estados Unidos e defendida pelo país nos últimos 70 anos, também reforça uma tradição da política comercial do país, que se tornou menos internacionalista e mais focada na noção de *fair trade* desde o fim da Segunda Guerra Mundial”, escreve Fernanda Magnotta, coordenadora do curso de Relações Internacionais da Fundação Armando Alvares Penteado (Faap). Os Estados Unidos adotam, quando julgam necessário, medidas unilaterais para lidar com seus competidores, como a seção 301 da Lei sobre Comércio e Tarifas de 1974, que autoriza o Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) a investigar e sancionar práticas comerciais consideradas “desleais”. Em 1988, foram criadas três novas categorias:

a Super 301, a Special 301 e a 301 de telecomunicações. A Super 301 requer que o USTR prepare uma lista negra de países com práticas “não razoáveis”, um cronograma para sua eliminação e um programa de sanções a serem aplicadas. A Special 301 aplica-se à área de propriedade intelectual, e a 301, de telecomunicações, destina-se a abrir mercados fechados nesta área.

Trump está “esticando a corda”, mas ainda sem chegar a ser um elemento “disruptivo” do sistema de comércio mundial, como se tem dito. Ele joga duro, mas dentro das regras estabelecidas por mandatários anteriores. O grande estrategista do presidente para implementar essa política é Robert Lighthizer, chefe da USTR, que trabalhou no governo Ronald Reagan nos anos 1980. Ele tem atuado dentro dos mecanismos de comércio multilateral, como a OMC, mesmo que para minar sua eficácia.

Os Estados Unidos estão bloqueando a nomeação de novos juízes do Órgão de Apelação da OMC, considerando a “joia da coroa” da entidade, fragilizando o tribunal que nos últimos 20 anos conseguiu evitar muitas guerras comerciais. Dessa forma, a OMC fica paralisada, não podendo arbitrar conflitos, o que deixa Washington livre para ações unilaterais.

Ao participar do Fórum Econômico de Davos (Suíça), reunião anual dos “ricos”, Donald Trump encontrou uma recepção fria por parte da alemã Angela Merkel e demais líderes europeus, como consequência de sua retórica protecionista e isolacionista

“Na negociação do Nafta parece estar se desenvolvendo uma estratégia semelhante. Os Estados Unidos não se retiraram da mesa de negociação, mas estão fazendo exigências que poderão ser inaceitáveis para o México e o Canadá”, escreve Federico Steinberg, do Real Instituto Elcano. Uma delas é a possibilidade de ocorrer revisões automáticas a cada cinco anos, que permitiriam a saída dos Estados Unidos do bloco com mais facilidade; a outra, a eliminação do mecanismo de resolução de conflitos que atua como um tribunal independente e assegura o cumprimento do acordado.

Na esfera comercial, o primeiro ano do governo Trump mostrou que, se as ações governo não são tão disruptivas como se imaginava, elas podem acarretar sérios danos para o sistema multilateral. “O governo Trump tem um claro interesse em isolar-se cada vez mais do resto do mundo e empregará uma estratégia cada vez mais agressiva, provocando confrontos para obter vantagens comerciais. Sem violar explicitamente as normas da OMC,

mas minando, com suas ações, o sistema de regras de governança da globalização”, conclui Steinberg.

A estratégia comercial vincula-se à política de restrição à imigração – uma resposta aos sentimentos nativistas de alguns setores da sociedade americana e de um círculo interno de assessores do presidente. Como ressaltaram Pedro da Motta Veiga e Sandra Polónia Rios, do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes), a política comercial é, ao lado da política de imigração, uma esfera propícia ao uso da lógica do confronto, o “nós” contra “eles” (o resto do mundo).

Resta saber se tal estratégia terá êxito em trazer os empregos dos americanos de volta. “É possível que um aumento expressivo do protecionismo traga de volta parte da produção industrial que deixou o país na última década. Menos provável é que essas indústrias sejam movidas por trabalhadores americanos. Em lugares de trabalhadores, robôs e maquinário automatizado tendem a povoar essas fábricas”, finalizam Motta Veiga e Sandra Rios. A ideologia pode fazer algo, mas não opera milagres.

Cláudio Camargo é jornalista e sociólogo

SEGUNDA GUERRA SÍRIA OPÕE A TURQUIA AOS ESTADOS UNIDOS

A primeira guerra síria começou em julho de 2011, como resultado da selvagem repressão da ditadura de Bashar al-Assad aos protestos civis contra o regime. Logo, converteu-se em uma guerra regional, opondo uma coalizão xiita composta pelo regime de Assad, a Rússia, o Irã e o partido-milícia libanês Hezbollah a uma fragmentária coalizão sunita formada pelos rebeldes sírios, a Turquia, a Arábia Saudita e o Qatar. A segunda guerra síria começou no início de 2018, deflagrada pela ofensiva da Turquia contra as forças curdas que, combatendo o Estado Islâmico, assumiram o controle de uma extensa faixa de território sírio junto às fronteiras turcas. Não é um conflito local ou mesmo regional: os curdos contam com o apoio direto dos Estados Unidos.

A minoria curda constitui cerca de 10% da população síria, concentrando-se no nordeste do país. Diante da ameaça representada pelos jihadistas do Estado Islâmico, fortaleceu-se a milícia curda das Unidades de Proteção Popular (YPG). Em 2015, no contexto da campanha militar contra o Estado Islâmico, os Estados Unidos passaram a armar e treinar as YPG, que se tornaram o mais efetivo componente das Forças Democráticas Sírias (SDF), uma aliança entre curdos e parcelas moderadas da oposição árabe ao regime de Assad.

O povo curdo habita uma área praticamente contígua no Oriente Médio que se estende pelo sudeste da Turquia, o nordeste da Síria, o norte do Iraque e o oeste do Ira [veja o Mapa 1]. No total, os curdos do Oriente Médio somam mais de 35 milhões, constituindo minorias étnicas em países predominantemente árabes. A reivindicação de um Estado curdo independente, o Curdistão, emergiu junto com a desintegração do Império Turco-Otomano, no final da Primeira Guerra Mundial [veja a seção **Mapas de Mundo**, à pág. 11]. Hoje, no Iraque e na Síria, os curdos controlam regiões autônomas, como fruto da crise dos regimes árabes desses países.

No Iraque, a região autônoma curda é reconhecida legalmente, embora seus limites sejam objeto de amargas disputas com o governo central. Na Síria, da guerra civil e da campanha contra o Estado Islâmico, surgiu uma área sob controle militar curdo, supostamente protegida pelos Estados Unidos. Os dois esboços do Curdistão fazem soar um sinal de alerta na Turquia, onde se concentra a maior minoria curda, algo entre 15 milhões e 20 milhões, mais de um quinto da população turca. O governo turco de Recep Erdogan acusa as YPG de serem uma mera extensão do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), uma organização separatista que opera entre os curdos da Turquia. Daí, sua decisão de “limpar” os territórios fronteiriços sírios de “terroristas curdos”.

A maior parte da faixa controlada pelas YPG estende-se a leste do rio Eufrates, mas dois enclaves situam-se a oeste: as regiões de Afrin e de Manbij [veja o Mapa 2]. O objetivo inicial da Turquia é expulsar as milícias curdas desses dois enclaves. A ofensiva turca começou por Afrin,

Forças turcas atacam as áreas controladas pelos curdos em território sírio. O conflito local provoca uma confrontação da Turquia com a superpotência que lidera a Otan

Mapa 1



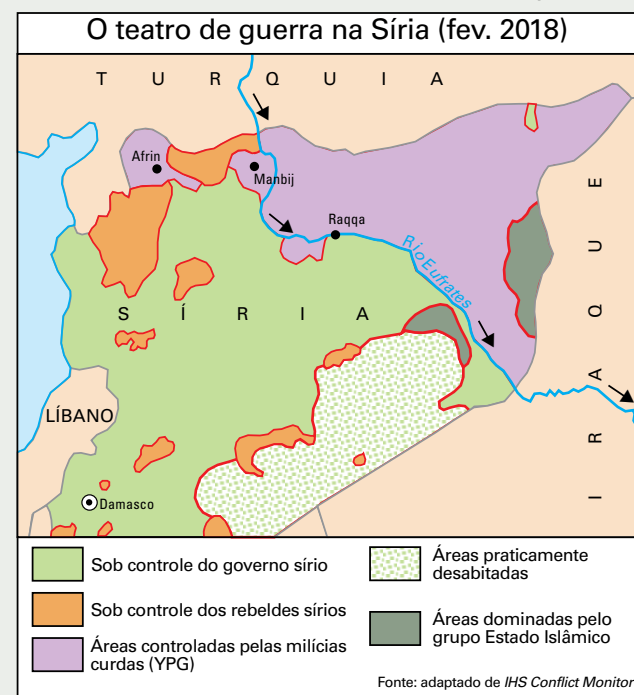
onde se registraram, desde fevereiro, pesadas cargas de artilharia. As forças terrestres turcas são o núcleo da ofensiva, que se baseia principalmente em forças árabes sírias aliadas. São estilhaços das antigas milícias sunitas que, derrotadas pela intervenção russa, sobrevivem sob o guarda-chuva da Turquia.

A acusação de Erdogan às YPG é parcialmente falsa. A milícia curda está ligada ao Partido de União Democrática, um partido curdo-sírio fundado em 2003 em oposição à ditadura síria. Contudo, diante da repressão desencadeada pelo governo turco contra todas as organizações curdas na Turquia, armadas ou não, parece provável que, atualmente, as YPG colaborem com o PKK.

O patrocínio militar norte-americano às YPG derivou, inicialmente, da necessidade de contar com forças terrestres para a campanha contra o Estado Islâmico. As YPG provaram-se mais efetivas que as fracas milícias árabes treinadas pelos Estados Unidos, desempenhando papel decisivo na tomada de Raqqa, a capital operacional Estado Islâmico na Síria. Depois da virtual derrota dos jihadistas, os Estados Unidos enxergaram nas YPG uma ferramenta para assegurar alguma influência sobre o futuro geopolítico da Síria.

A primeira guerra síria não terminou, mas o triunfo do regime de Assad já é indiscutível. A intervenção russa, deflagrada em setembro de 2015, alterou radicalmente o rumo da guerra, propiciando a vitória do regime sírio. Bolsoes de rebeldes sunitas ainda resistem, mas lutam apenas pela própria sobrevivência. O governo russo de Vladimir Putin patrocina um processo diplomático de pacificação que envolve a Turquia e o Irã, mas não os Estados Unidos. Nessa moldura, o controle das YPG sobre o nordeste sírio e parte do vale do Eufrates é a única carta remanescente

Mapa 2



de Washington no cenário da Síria. Não por acaso, pouco antes do início da ofensiva turca, o Pentágono anunciou que se preparava para treinar e equipar uma força curda-árabe na Síria de 30 mil soldados.

A Turquia é um antigo e valioso aliado dos Estados Unidos. Na Otan, funciona como sentinela do Mediterrâneo Oriental, controlando os estreitos que conectam o Mediterrâneo ao mar Negro. No fundo, depende da Turquia a contenção das forças navais russas do mar Negro. Contudo, nos últimos anos, o governo turco de Erdogan afasta-se cada vez mais do Ocidente, cavando um profundo fosso diante da União Europeia e participando, como parceiro menor da Rússia, no processo de pacificação da Síria. A ofensiva contra os curdos agrava a tensão entre a Turquia e a Otan, colocando a hipótese de ruptura definitiva.

Não há saída óbvia para o dilema. As YPG defendem cidades e povoados curdos – e não recuarão sem lutar. Os Estados Unidos pagariam um alto preço diplomático se abandonassem seus aliados militares curdos, perdendo o que resta da sua influência na Síria. Putin saboreia de longe a segunda guerra síria, depois de triunfar, inesperada e espetacularmente, na primeira.

RADIOGRAFIA DE UM IMPÉRIO QUE DESAPARECEU

O ano de 2018 marca o centenário do término da Primeira Guerra Mundial (1914-18), que os europeus batizaram como a Grande Guerra. Foi o primeiro conflito ao qual se associou o termo “mundial”, como fruto da participação dos Estados Unidos e de suas implicações para o Oriente Médio.

Uma das consequências geopolíticas marcantes da Grande Guerra foi o desaparecimento ou a desintegração de alguns impérios: o Russo, o Alemão, o Austro-Húngaro e o Otomano. No lugar deles, surgiram a União Soviética, um “império vermelho”, e uma coleção de novas nações da Europa centro-oriental (Tchecoslováquia e Estados Bálticos, por exemplo) e da Europa meridional (Turquia e Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, embrião da Iugoslávia).

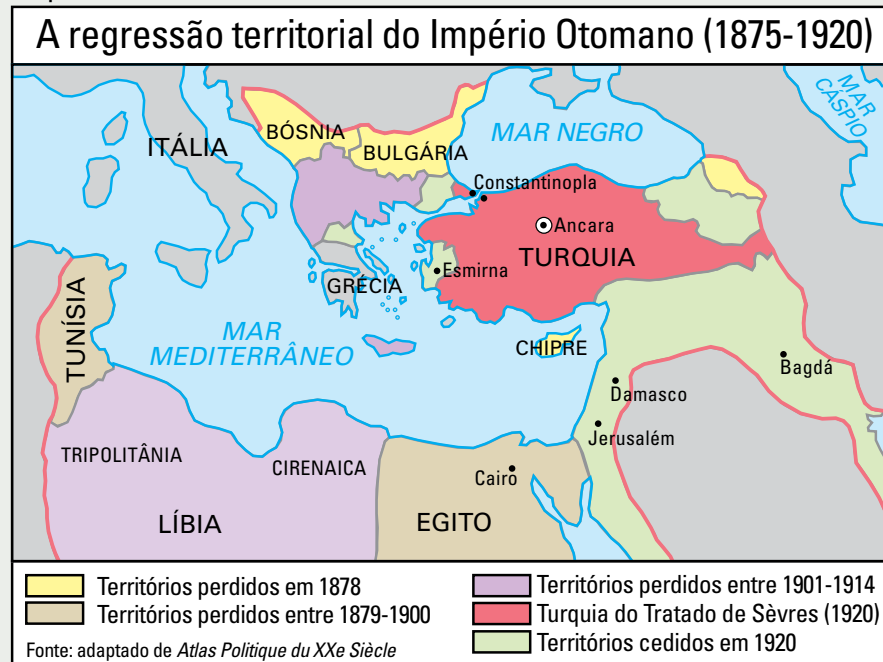
As novas nações emergiram dos inúmeros tratados firmados entre as potências vencedoras. Aqueles recortes territoriais deixaram sequelas que ainda hoje reverberam periodicamente na Europa e, também, em áreas do Oriente Médio, especialmente na Ásia Menor (Turquia) e na região do Levante (atuais Palestina, Síria, Líbano, Jordânia e Iraque). Durante séculos, parte considerável desses territórios esteve sob domínio do Império Turco-Otomano.

Entre o início do século XV e o final do século XVII, o expansionismo otomano estabeleceu um império com extensão de 1,85 milhão de quilômetros quadrados. No seu auge, o Império Turco-Otomano abrigava cerca de 21 milhões de habitantes e estendia-se pelo continente asiático (Ásia Menor, Levante e Península Arábica), Europa (regiões da Península Balcânica) e norte da África, numa área banhada por seis mares (Negro, Mediterrâneo, Egeu, Vermelho, Adriático e Golfo Pérsico). A antiga Constantinopla, fincada no encontro da Europa com a Ásia, tornou-se o centro político do vasto império habitado por europeus, turcos, árabes e diversos grupos étnicos menores, como os curdos.

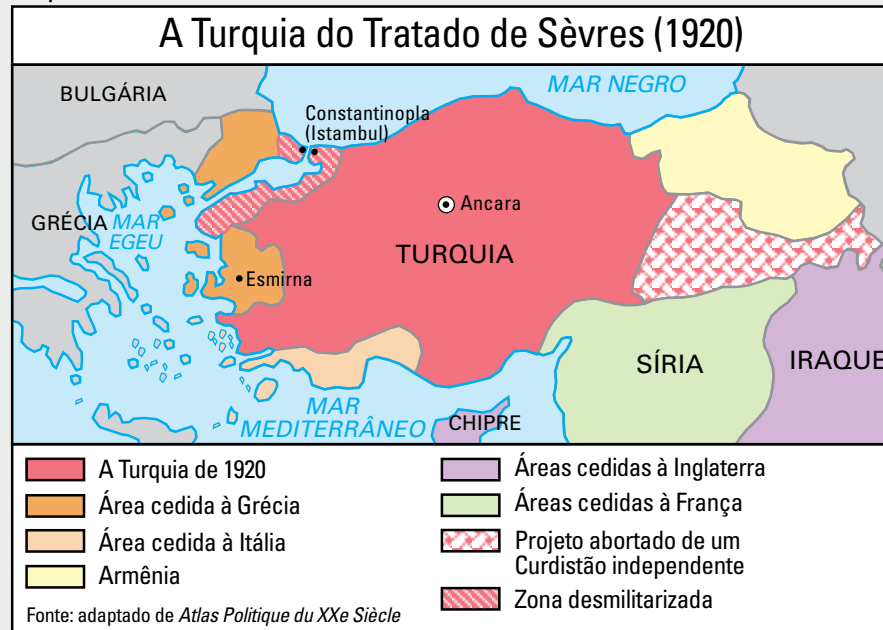
Nos dois séculos seguintes, o Império Turco-Otomano ganhou a pouco lisonjeira alcunha de “o homem doente do Oriente”, na expressão consagrada por diplomatas europeus. Em meio a um nítido declínio econômico, os sultões otomanos enfrentaram investidas das potências europeias. Rússia, França, Grã-Bretanha, Áustria e Itália instigaram os nacionalismos nas áreas dominadas pelos otomanos, tentando abocanhar parcelas de seu território. Gradativamente, o império foi encolhendo [veja o Mapa 1].

Quando eclode a Grande Guerra, em 1914, o Império Turco-Otomano perfila ao lado dos impérios Alemão e Austro-Húngaro, contra a aliança entre França, Rússia e Grã-Bretanha. A derrota final dos impérios centrais, em 1918, lança o Império Turco-Otomano ao caos. O golpe fatal, dado pelo Tratado de Sèvres (1920), provoca o esfacelamento territorial.

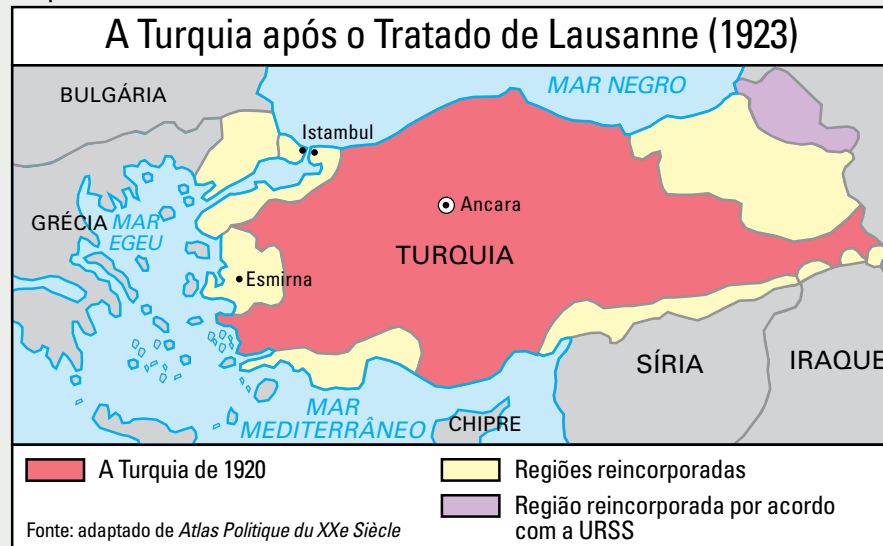
Mapa 1



Mapa 2



Mapa 3



Sèvres foi mais prejudicial aos otomanos do que os duros tratados impostos à Alemanha. Segundo seus termos, o antigo território imperial foi reduzido a parcelas do planalto da Anatólia. França e Grã-Bretanha partilharam entre si os domínios árabes do Oriente Médio e Levante, seguindo uma receita acordada secretamente nos Acordos Sykes-Picot, de 1916. Forças gregas ocuparam regiões em torno da cidade de Esmirna, a Itália ocupou o sudeste da Anatólia e algumas ilhas do Mediterrâneo, enquanto Armênia e Geórgia, que acabavam de se tornar independentes, aproveitaram-se para incorporar territórios junto ao Cáucaso, na Anatólia Oriental. Em Sèvres, aventou-se até o projeto de um Curdistão independente, que nunca foi concretizado [veja o Mapa 2].

A humilhação concluiu a explosão. Rejeitando os termos do tratado, o movimento nacionalista turco liderado por Mustafa Kemal Atatürk se rebelou contra o sultão, criando um poder paralelo engajado na expulsão das forças estrangeiras. As vitórias conseguidas por Atatürk levaram à formulação do Tratado de Lausanne (1923), que substituiu o de Sèvres **[veja o Mapa 3]**.

Na hora da assinatura do tratado, Atatürk cunhou uma frase célebre: “A nova Turquia deveria se limitar à Turquia, somente a Turquia, nada mais que a Turquia.” Ele pôs fim ao Império Turco-Otomano, aboliu o califado, implantou a república, transferiu a capital de Constantinopla (que passou a se chamar Istambul) para Ancara e implementou uma Constituição laica. Surgiu, então a República da Turquia.

Ataturk, palavra que significa “pai dos turcos”, faleceu em 1938, mas continua a ser venerado como o fundador da Turquia moderna. Todas as moedas e cédulas da lira turca trazem estampadas a efígie do líder histórico.

A IDADE MÉDIA ESTÁ NA MODA

Elaine Senise Barbosa
Especial para *Mundo*

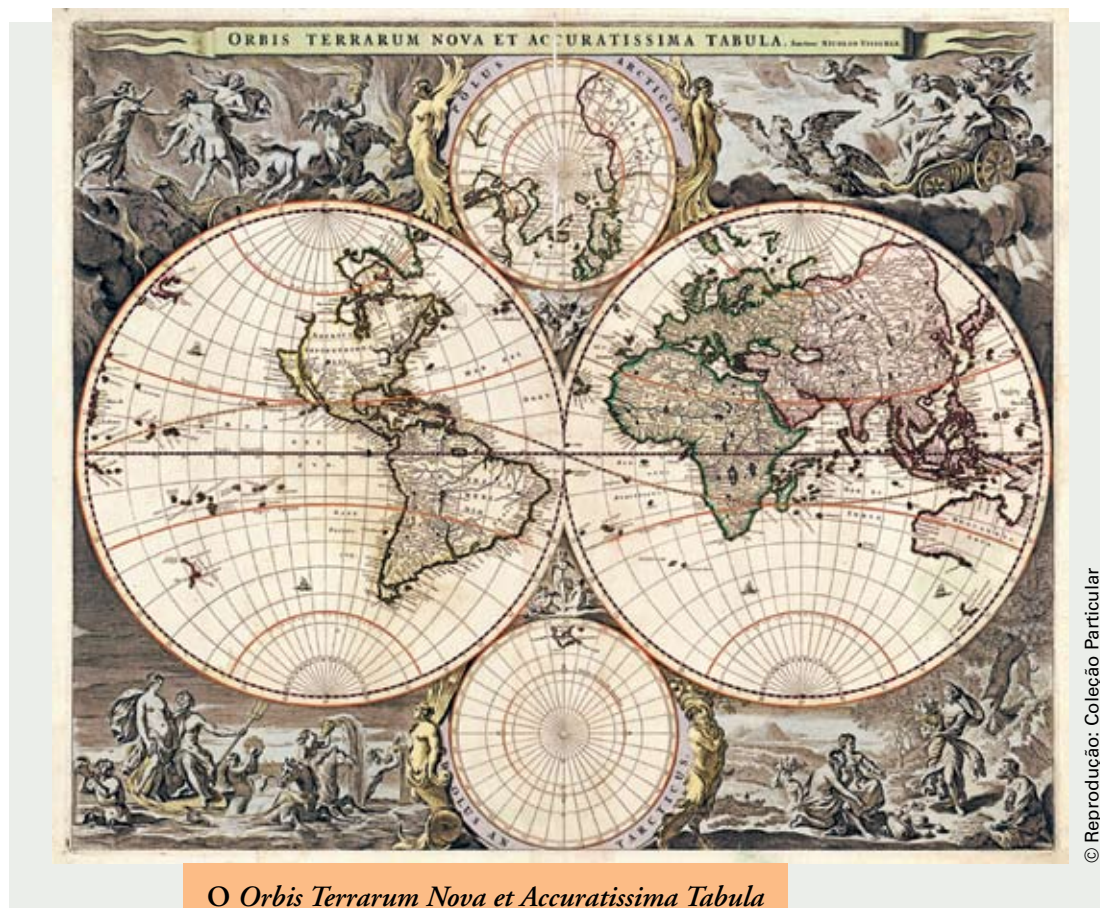
No século XIX, era dos nacionalismos, o romantismo ergueu-se contra o liberalismo. Hoje, um movimento neorromântico ergue-se contra a globalização

Há quase dez anos viajei pela Escócia. Não era difícil encontrar pessoas falando sobre a identidade escocesa, para geralmente acabar defendendo a ruptura com a Grã-Bretanha. A história dos clãs ancestrais e seus *kilts* (aquela saia xadrez cujas diferentes padronagens representam os diferentes clãs) era onipresente. Até aí, tudo bem: estávamos no campo das mitologias nacionalistas. Surpresa mesmo eu fiquei quando notei jovens, com aquele aspecto meio *punk*, meio *hooligan*, tatuagens, *piercings* e coturnos, usando *kilts*! Ora, ora, eis que na era da globalização e do multiculturalismo aquilo que estava organizado na estante do folclore saltava para a vida cotidiana...

Anos depois, em Barcelona, numa Catalunha já bem agitada pelo separatismo, caminhava no Bairro Gótico, perto da catedral, e uma música me conduziu a uma praça semifechada, formada pelos muros altos do casario medieval. Não era exatamente coisa “para turista”, mas um encontro de residentes a céu aberto, dedicado à preservação das músicas, instrumentos e danças catalãs. Os frequentadores não estavam vestidos “tipicamente”, o que facilitava o envolvimento dos visitantes e demonstrava que, sim, aquelas pessoas sabiam dançar com a mesma naturalidade que você espera que um brasileiro sambe. O curioso era a faixa etária do público, entre 20 e 40 anos, gente que estava ali espontaneamente, em nome de uma suposta identidade ancestral.

Por volta de 2012, entra no meu radar uma nova série de TV: *Game of Thrones*. Descubro que a trama é tipo um *Senhor dos Anéis*, com a pretensão a alguma inspiração na história da Inglaterra, pois a rivalidade entre Lannisters e Starks remeteria à disputa entre Lancasters e Yorks na Guerra das Duas Rosas (1455-85), o conflito que unificou definitivamente a Inglaterra. Com o sucesso e a continuação da série, a trama perdeu um pouco essa conexão histórica. Ao mesmo tempo, revelava – por meio de (como direi?) atos falhos? – conexões com a atualidade que não escaparam à crítica, como o fato de a Grande Muralha, permanentemente vigiada, metaforizar o temor do Outro, invasor e inimigo, um morto-vivo, um imigrante! Como sabemos, em junho de 2016, os britânicos escolheram o Brexit, embalados por um discurso meio saudosista, meio xenófobo, num país que ainda hoje se gaba do finado Império.

Na esteira de *Game of Thrones* veio *Vikings*, trazendo a Idade Média pré-cristã dos países escandinavos. Cabe a pergunta: estamos no campo das modas com as quais a cultura *pop* periodicamente nos brinda para vender DVDs, camisetas, celebridades e *likes*? Ou existe algo de mais significativo, perceptível na moda, que é a assim-



O *Orbis Terrarum Nova et Accuratissima Tabula* (versão impressa em 1690), um mapa do mundo feito pelo holandês Nicolau Visscher, é decorado por cenas mitológicas que ainda refletem uma concepção cósmica carregada de valores medievais que agora voltam a encantar em séries como *Game of Thrones* ou filmes como *O senhor dos anéis*

lação estética de signos quase caricaturais relacionados a um imaginário histórico e político? O que querem dizer todos esses homens barbados, rabos de cavalo, cabeças semirraspadas e tatuagens?

A Idade Média nos cerca. Na Noruega, a pequena cidade de Gudvangen realiza, há uma década, um festival medieval do qual toma parte toda a população, e um número crescente de turistas. Os locais se mudam para cabanas, vestem-se, alimentam-se, competem como se vivessem na era *viking* – tem até um mercado de escravos (e, claro, os forasteiros monopolizam o papel). O sucesso tem levado outras cidades a fazerem seus próprios festivais. O que é esse *revival* medieval?

Quando os indícios são muitos e se estendem no tempo, é sinal de que algum fenômeno social está ocorrendo. O que temos em comum nos exemplos acima? A produção de um imaginário agregador, baseado em supostas culturas ancestrais, que no caso europeu significa retroceder aos reinos medievais. Tal movimento, realizado tanto por partidos políticos nacionalistas quanto por pessoas comuns que se sentem atraídas por essas imagens projetadas, remete ao romantismo e seus estreitos vínculos com a ideologia nacionalista.

Os românticos idealizavam a Idade Média, o berço imaginário das nações europeias. Esse apelo romântico à emoção provocada pelos vínculos ancestrais – maternos – era também uma resposta ao universalismo apregoado pelas revoluções liberais que marcaram o Ocidente no século XIX e que se baseavam na crença em uma humanidade comum, a ser criada pela Razão e pela Lei (com maiúsculas mesmo!). O nacionalismo romântico exaltou as diferenças entre nações, culturas e “raças” para afirmar particularidades, defendê-las e tratar como inimigo quem as ameaçasse. Duas grandes guerras e o horror do nazifascismo foram suas obras-primas.

Agora, século XXI, o liberalismo está de volta na fase batizada de globalização. Novamente o mundo convive com níveis estupendos de riqueza e potencialidades tecnológicas contrapostas a dramáticas desigualdades sociais. Há, além disso, uma crise ambiental que reforça a utopia romântica da vida na natureza harmônica. Hoje, como ontem, o nacionalismo ergue-se contra o liberalismo. É clara a relação entre a crise econômica desencadeada em 2008, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, e a ascensão dos partidos de direita nacionalistas, xenófobos e, às vezes, abertamente racistas.

Há nostalgia no ar. Pessoas se queixam de não reconhecerem mais sua vizinhança, “invasa” por imigrantes. Enquanto minorias historicamente oprimidas tornam-se proativas, o “homem branco ocidental” sente-se acuado e reage. Se o multiculturalismo está certo, se a política não prioriza a noção de igualdade civil e cada ação deve ser pensada em termos de grupos identitários, então esse *revival* da Idade Média pode ser lido como um neorromantismo, um movimento escapista que se refugia no passado mítico, no qual todos reconheceriam seus vizinhos, com quem compartilhariam os mesmos valores.

Os saudosistas só não podem esquecer que naquela época, forasteiros eram “bárbaros”, a força era a fonte do “direito” e, se necessário, os inimigos eram exterminados em batalhas sangrentas. Sem ajuda da Mãe dos Dragões.

Elaine Senise Barbosa é historiadora